

PROTOCOLO Nº 105
Data 03/08/11 10:30 Horas
SERVIÇO DE EXPEDIENTE



PREFEITURA DE ANÁPOLIS
PROCESSO LEGISLATIVO
www.processo legislativo.anapolis.go.gov.br

Encaminhe-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação

em 03/08/11
Presidente

OFÍCIO Nº 030/2011 – PL
VETO Nº 03/2011

Anápolis, 08 de julho de 2011.

Excelentíssimo Senhor
AMILTON BATISTA DE FARIA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 59 da Lei Orgânica do Município, apresento a Vossa Excelência, **VETO TOTAL**, por contrariedade ao interesse público, ao Autógrafo de Lei nº 047/2011 que “**Inclui na grade curricular das escolas municipais a Educação Musical e dá outras providências**”, apresentando, para tanto, as **RAZÕES DO VETO** abaixo:

A organização da Educação Escolar desenvolvida no Sistema Educativo Municipal de Anápolis é disciplinada pela Lei nº 2.822, de 28 de dezembro de 2001, em consonância com a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas atualizações.

A Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, acrescentando para tanto o § 6º, no artigo 26, que assim preleciona:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

(...)

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (NR) (Redação da LEI Nº 11.769/18.08.2008) (grifos acrescentados)

P
X



PREFEITURA DE ANÁPOLIS
PROCESSO LEGISLATIVO
www.processo legislativo.anapolis.go.gov.br

Da leitura do dispositivo da Lei Federal, infere-se que a música deve obrigatoriamente ser inserida como conteúdo programático de ensino, entretanto, não é exigida a exclusividade, podendo alternar-se entre outras atividades ligadas a artes e cultura.

A Lei Municipal nº 2.822/2001 em vigor, dispõe sobre a inclusão da educação musical na matriz curricular das escolas municipais, desde a pré-escola até o 9º ano do ensino fundamental, conforme redação da alínea “a”, § 3º, do artigo 33 da Lei em referência, *in verbis*:

Art. 33. Os currículos de ensino fundamental tem uma base comum nacional, de competência regulamentar do conselho Nacional de Educação e uma parte diversificada com vistas a atender as características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia goiana e anapolina, de competência regulamentar do Conselho Municipal de Educação.

(...)

§ 3º. O ensino de Arte constitui componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento criativo, cultural e estético dos alunos.

a) Entende-se por ensino de artes os componentes curriculares pertinentes às artes plásticas, musicais, cênicas, e demais formas de manifestação artística. (grifos acrescidos)

Outrossim, o Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, aprovou em sessão plenária de nº 40, de 14.11.2007, a matriz curricular do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, que passou a vigorar à partir do ano letivo de 2008, na qual está inserida Artes como componente curricular, a ser desenvolvida sob forma de atividades do 1º ao 5º ano e sob forma de disciplina, com carga horária semanal de 1 hora/aula, em um total de 40 horas anuais, do 6º ao 9º ano.

A Educação Infantil, atendendo Referencial Curricular Nacional de sua área, tem uma estrutura organizada por idades – crianças de zero a três anos e crianças de quatro a cinco anos, que se concretiza em dois âmbitos de experiências, Formação Pessoal e Social, que abarca um eixo de trabalho denominado Identidade e autonomia, e Conhecimento de Mundo,

16

x



PREFEITURA DE ANÁPOLIS
PROCESSO LEGISLATIVO
www.processo legislativo.anapolis.go.gov.br

constituído pelos eixos de trabalho Movimento, Artes Visuais, **Música**, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática.

Portanto, a proposta contida no Autógrafo de Lei nº 047/2011, torna-se ineficaz, uma vez que existe legislação vigente tratando sobre a matéria ventilada, tanto no âmbito federal, quanto no âmbito municipal.

Ademais a inserção de toda e qualquer disciplina na grade curricular das Escolas Municipais é de competência do Conselho Municipal de Educação e não implica em necessidade de modificação na legislação educacional municipal, uma vez que os pressupostos exigidos pela Lei Federal 11.769/2008 já se encontram atendidos na Rede Municipal de Ensino de Anápolis.

Em conformidade com as razões acima esposadas, destaca-se que as previsões contidas nos artigos 3º e 4º do Autógrafo em questão, estão em desacordo com o que dispõe a Lei nº 11.769/2008, haja vista que não se faz necessário que o professor tenha licenciamento específico na área e o prazo para os sistemas de ensino se adaptarem as exigências da Lei é de 3 (três) anos letivos a partir da publicação, que se deu em 2008.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que motivam a vetar o Autógrafo de Lei acima mencionado, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa Augusta Casa de Leis.

Sendo o que apresenta no momento, subscrevo-me com real estima e elevada consideração.

Atenciosamente,


Antônio Roberto Otoni Gomide
PREFEITO DE ANÁPOLIS

8

Nº 047/2011

Assunto: Autógrafo de Lei

LEI DE Nº 047/11 DE 22 DE JUNHO DE 2011.
“INCLUI NA GRADE CURRICULAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS A
EDUCAÇÃO MUSICAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Nos termos que trazem a Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, as escolas municipais deverão assegurar a Educação Musical na grade curricular do ensino desde a pré escola até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º – A Educação Musical se baseia nos seguintes objetivos:

I – trabalhar a sensibilidade e o gosto dos alunos pelas manifestações artísticas culturais;

II – proporcionar o hábito do perfeito convívio social;

III – propiciar a descoberta das possibilidades criativas do educando;

IV – incentivar a auto-estima e a solidariedade;

V – dar a todos igualmente a oportunidade de cantar em grupo;

VI – desenvolver as qualidades imprescindíveis ao exercício da cidadania, pondo em prática o objetivo maior da educação que é a integração do indivíduo na sociedade.

Art. 3º – a educação musical nas escolas municipais será ministrada por professores licenciados na área.

Art. 4º – O sistema de ensino terá o prazo de dois anos para se adaptar as exigências contidas no artigo 1º e no previsto no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º – O Poder Executivo poderá estabelecer convênios com entidades governamentais ou não para ministrarem cursos de formação e atualização dos professores em exercício.

Art. 6º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 2011.

Amilton Batista de Faria
=Presidente=

Fernando de Almeida Cunha
=1º Secretário=